



ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MARICÁ - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A Empresa produtora Lira Filmes Produções Ltda, CNPJ nº 21.054.261/0001-64, já devidamente qualificada no procedimento licitatório **Concorrência Pública n.º 02/2023**, com fulcro no art. 109 da Lei n. 8666/93, vem, respeitosamente à presença de Vossas Senhorias, por seu representante constituído, na forma da Legislação Vigente e de acordo com o Edital de Licitação, apresentar Contra Razoas aos recursos apresentados pelas empresas Partners e UP Digital quando da abertura dos envelopes de preço o que faz pelos fundamentos de fato e de direito a seguir aduzidos:

Primeiramente cabe lembrar que no Edital publicado para a **Concorrência Pública n.º 02/2023**, seu Anexo I se refere ao MENOR VALOR UNITÁRIO e não emprega o termo PREÇOS MÁXIMOS UNITÁRIOS como alegam os recursos, o que poderia levar a interpretação que ocorreu tanto de parte da Lira Filmes quanto da empresa licitante Coopas, qual seja, de que esses seriam valores de referência, e não limites intransponíveis, desde que o preço final ficasse condizente com o objetivo da contratação.

Ocorre que durante a sessão em questão a Comissão de Licitação informou à concorrente que o valor ofertado estava acima do máximo descrito no edital e franqueou as concorrentes, caso fosse de sua vontade, proceder a correção do valor proposto. Tratando objetivamente sobre a legalidade do procedimento de correção do item por parte da Lira Filmes, reproduzo aqui Itens do próprio Edital:

9.5.3 a Planilha de Preços Unitária será apresentada digitada com os valores numéricos unitários e totais de cada tipo de serviço

9.5.4 a Comissão Permanente de Licitação poderá retificar possíveis erros aritméticos, prevalecendo os preços unitários sobre o total e as parcelas das etapas sobre o valor global.

Aqui queremos demonstrar que a atitude tomada pelo representante da Lira Filmes neste caso está plenamente amparada pela orientação geral do TCU de se evitar o excesso de formalismo para não haver prejuízo ao objetivo geral da licitação.

Como ensina a jurista **Maria Cecília Mendes Borges no seu artigo** *Da licitação como instrumento para uma gestão condizente com o interesse público: o problema do formalismo exacerbado na frustração desse fim e a importância da participação popular para implementar a efetividade do seu controle*:

“A Lei 8.666/93 não contém apenas normas gerais, descendo a minúcias e detalhamentos. Dallari (1997) entende que esta lei pode e deve ser acatada pela Administração Federal, mas que não merece acatamento integral por parte dos Estados e Municípios, que devem respeitar apenas as normas gerais aí contidas e editar suas próprias leis sobre licitações e contratos, ajustadas a suas respectivas peculiaridades.”

Ainda sobre o excesso de formalismo como sendo prejudicial ao processo licitatório, citamos da mesma autora no mesmo artigo os seguintes trechos:

“A licitação não é um fim em si mesmo, tendo em vista que o procedimento licitatório, embora de natureza formal, deve transcender ao burocratismo exacerbado e inútil, até mesmo porque o procedimento deve estar voltado para a eficácia da máquina administrativa e orientado pelos princípios norteadores, como visto. Assim, p r o c e d i m e n t o formal não se confunde com formalismo, consubstanciando este por exigências inúteis e desnecessárias, que podem extrapolar ou não as fronteiras da lei e, nesse caso, poder-ser-ia classificá-lo de exacerbado. Diante disso, não se há de anular o procedimento diante de simples omissões ou meras irregularidades formais, como já se pronunciou o Superior Tribunal de Justiça, se não há prejuízo à Administração Pública.”

“As formalidades existem para proteger a essência, a finalidade da licitação, a fim de que não se ultrapassem princípios, direitos e valores importantes na consecução do seu fim. A norma não é um fim em si mesma, e sendo assim, formalmente é suficiente a verificação de se o modelo contém aquilo que é obrigatório e omitiu aquilo que é proibido. O próprio Supremo Tribunal Federal já decidiu que “em Direito Público, só se declara nulidade de ato ou de processo quando da inobservância de formalidade legal resulta prejuízo.” Muitas vezes, invalida-se a licitação, inabilita-se licitante ou desclassifica-se proposta em virtude de questões secundárias. O rigor formal, nesse sentido, não pode servir à dificuldade da finalização do próprio procedimento, acabando por atender a fins escusos e não aos previstos até mesmo no texto constitucional.”

“Com a burocratização do processo, bons licitantes são afastados, a concretização da vantajosidade é dificultada, a isonomia é abalada, pelo que se deve sempre perquirir da relevância de cada exigência para a contratação e para a prestação do objeto da licitação em si, tendo em vista a parcela da sociedade a que se dirige e o ordenamento jurídico em que se insere. A vantajosidade, que deve ser o critério presente de forma constante no procedimento licitatório, acarreta a irrelevância do puro e simples formalismo.”

Citamos também, por oportuno, o jurista Gabriel Zanetti Rodrigues quando se refere aos objetivos da licitação em face do excesso de formalismo no seu artigo **O excesso de formalismo / formalismo moderado nas licitações públicas**:

“O excesso de formalismo e o formalismo moderado não são temas novos dentro do mundo jurídico, no entanto, é cada vez mais recorrente nas doutrinas e jurisprudências como um instrumento utilizado para se evitar uma visão já ultrapassada em relação à forma da licitação. Acontece que a perspectiva tomada em referência ao procedimento administrativo de licitações vem se modernizando (tal como deve), e os pensamentos doutrinários e jurisprudenciais acerca do tema têm direcionado o agente público (certas vezes de forma coercitiva) a observar a licitação não apenas como um mero instrumento de formalidade com o fim objetivo de aquisição de produtos ou contratação serviços, mas sim **como uma política pública direcionada ao desenvolvimento sustentável e alcance do bem maior.**”

“Por vezes as Comissões de Licitação e os Pregoeiros se encontram em uma situação deveras complicada em que a autora da proposta mais vantajosa apresenta documento em desconformidade com o edital. Bem, é aí que entra o formalismo moderado. **O formalismo moderado pode se traduzir à análise do objeto do documento em detrimento à forma como é apresentado, ou seja, o crivo exarado deve levar em consideração se o documento em análise é capaz de atender ao objetivo que lhe é proposto, independentemente de seu aspecto formal.**”

“O excesso de formalismo é presente naquelas desclassificações ou inabilitações por erros mínimos que não afetam o julgamento ou, obscuridades que podem ser sanadas sem infringir o tratamento igualitário entre as licitantes. **Vale lembrar que a Administração Pública tem o poder/dever de provocar a diligência para sanar quaisquer obscuridades que sobrevenham.**”

Vale salientar que no Acórdão do Tribunal de Contas da União 2036/2022, o Relator Ministro Bruno Dantas fixou entendimento que vai ao encontro de um cenário de desburocratização das licitações. Segundo o Acórdão, o apego à literalidade da exigência do instrumento convocatório em detrimento da obtenção da melhor proposta pela Administração conduziu a discussões sobre o excesso de formalismo e omissão do **poder-dever de diligência pela comissão de licitação. Frente a dúvida quanto à veracidade das informações, o órgão condutor do certame deve promover as diligências necessárias para assim consolidar as instruções do processo.**

É importante lembrar aqui que durante essa mesma sessão a Comissão de Licitação observou ausência do carimbo de CNPJ da empresa UP Digital no campo determinado para isso na planilha de preços por eles apresentada, solicitando ao seu representante que naquele mesmo momento incluísse os dados da empresa na planilha sem que isso implicasse sua desclassificação, o que contou com a anuência do representante da Lira Filmes dada a compreensão da metodologia adotada pela Comissão de Licitação de empregar o Formalismo Moderado, que deveria ser o tratamento dispensado a todos os concorrentes por dever de isonomia, o que de fato aconteceu a longo de todo o processo licitatório.

Por esses motivos, acreditamos que resta assegurada a plena lisura dos procedimentos adotados pela licitante Lira Filmes Ltda por ocasião da sessão de abertura dos envelopes de preço, estando alinhada com a farta jurisprudência existente e com o objetivo maior de obtenção da vantagem para a Administração Pública.

Sendo assim, solicitamos o indeferimento dos recursos apresentados pelas empresas Partners e Up Digital

São Paulo, 29 de agosto de 2023

LIRA FILMES PRODUÇÕES LTDA.